

Ficha de inscrição:

Dados pessoais do(s) autor(es) da prática:

Nome AURELIO TOMAZ DA SILVA BRILTES

Cargo/curso universitário: PROFESSOR - FACULDADE DE DIREITO DA UFMS

Órgão Cidade/UF UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL (UFMS) CAMPO GRANDE MS

Síntese da prática

Título: PRÁTICA JURÍDICA EM SEGURIDADE SOCIAL

Categoria: IV Sugestões de estudantes universitários de graduação - Boas práticas para a Justiça Federal Descrição:

Promover, por meio da extensão universitária, a execução de atividades e atendimentos reais e práticos no âmbito da solução de conflitos judiciais e extrajudiciais na área do Direito da Seguridade Social, aliado à promoção da experiência profissional da prática forense em Seguridade Social aos acadêmicos de Direito da UFMS, em especial, à população tradicional do Pantanal é o norte das boas práticas em comento.

Interessante destacar que a referida prática pode ser uma excelente difusão de mudança de paradigma, na qual a Justiça Federal (estrutura física) vai até às pessoas em regiões de difícil acesso, fomentando a função precípua do acesso à Justiça e a eficiência na prestação Jurisdicional.

O projeto universitário tem por finalidade:

Proporcionar ensino jurídico no âmbito da prática forense da seguridade social por meio do atendimento jurídico à comunidade tradicional do pantanal;

Dar formação humanística aos acadêmicos do curso de Direito da UFMS e aproximar a teoria da prática diante dos atendimentos à população tradicional do pantanal;

Promover intercâmbio institucional de caráter educativo e pedagógico, social e científico para prática jurídica especializada propiciando a expansão e o aperfeiçoamento da Faculdade de Direito da UFMS e a JUSTIÇA FEDERAL por meio do acesso à Justiça e a garantia do Direito ao mínimo existencial e a eficiência na prestação jurisdicional.

A implantação das boas práticas por meio do projeto universitário vem responder a uma demanda inovadora e crescente no meio acadêmico principalmente às comunidades ribeirinhas do Rio Paraguai, em meio à maior planície alagável do planeta, o Pantanal.

Esta proposta reflete um conjunto de preocupações presentes na sociedade hodierna, valorizando a dignidade da pessoa humana, a adequação dos conteúdos curriculares do curso de Direito e a utilização de práticas pedagógicas relacionadas ao aprendizado ocorrido em sala de aula, e em especial:

O reconhecimento, a valorização e o respeito à diversidade socioambiental e cultural dos povos e comunidades tradicionais, levando-se em conta, dentre outros aspectos, os recortes frente ao acesso à Justiça, informação, garantia e fortalecimento de Direitos Sociais, e;

O pleno exercício dos direitos individuais e coletivos concernentes aos povos e comunidades tradicionais, sobretudo nas situações de conflito ou ameaça à sua integridade.

Em especial, em 2015, o projeto iniciou com o convite da AJUFE, no sentido da PRÁTICA JURÍDICA DA FACULDADE DE DIREITO DA UFMS apoiar a expedição da cidadania.

Interessante destacar, que no decorrer da história da humanidade, verificou-se que o instinto de sobrevivência trouxe as relações existenciais desiguais.

A tutela da seguridade social é um direito por demais antigo e não surgiu aleatoriamente. Trata-se de uma reação a um quadro social em que se começa a configurar a posição, dentre outros, do direito básico de ter direito, ou seja, a garantia ao mínimo existencial.

Essa situação se caracteriza de forma mais acentuada na região do pantanal e do cerrado, motivos geradores da expedição da cidadania, portanto destacamos como objetivos:

Objetivos Gerais

- Utilizar casos práticos na formação de alunos do curso de Direito para o desenvolvimento da cidadania;
- Proporcionar atendimento real para as comunidades tradicionais do pantanal implementando o esclarecimento dos Direitos da Seguridade Social (anexo: "ajufe 2018 - ufms 01 a 11")
- Constituir grupos de estudos sobre o tema da seguridade social.

Objetivos Específicos

- Permitir que os (as) acadêmicos (as) desenvolvam habilidades específicas para resolução de conflitos extrajudiciais e judiciais e elaboração das respectivas peças jurídicas na área de concentração do Direito da Seguridade Social;
- Proporcionar aprendizado teórico com fundamentação eminentemente prática;
- Proporcionar formação humanística e relevante serviço jurídico nas áreas do Direito da Seguridade Social à população tradicional, às associações de moradores, e demais pessoas em situação de vulnerabilidade.

Em tempo, o tema do Projeto de Extensão perpassa os três eixos da Universidade, quais instrumentos, seja o ensino, a pesquisa e a extensão.

Ensino: está presente, particularmente, nas aulas de direito previdenciário, direito do trabalho e prática jurídica, além de outras disciplinas do curso de Direito; Vale ressaltar que em conversa com a Coordenadora do Curso de Direito e Presidente do NDE (núcleo docente estruturante), no mês de março de 2016 foi feita provocação pela COPJ (Coordenação de Prática Jurídica) para reforma e inclusão no plano de ensino a disciplina 'estágio obrigatório - prática jurídica (área de concentração: Direito do Trabalho e Seguridade Social). Ainda são ofertados aos participantes cursos de extensão em Direito Previdenciário, sob a responsabilidade do Professor Aurelio Tomaz da Silva Briltes (documento anexo: folder abril 2018, e "ajufe 2018 - ufms 12"), bem como o Curso de Educação

Previdenciária Pelo INSS, sob a responsabilidade do Programa de Educação Previdenciária (PEP/INSS), fruto da parceria institucional fomentada.

Extensão: além da temática do próprio projeto de extensão há interação entre professores e alunos que se envolvem na discussão dos casos concretos e na apresentação de sugestões para a melhoria do atendimento nas relações da seguridade social em geral;

Pesquisa: Fomento na linha de pesquisa do mestrado em Estudos Fronteiriços da UFMS ' Ocupação e Identidade Fronteiriças', em especial quanto à proteção aos ribeirinhos e fronteiriços (vulneráveis) nas relações de seguridade social na região BrasilxBolívia.

Vale ressaltar que o referido projeto funciona dentro do calendário acadêmico, ora estabelecido pela PROGRAD/UFMS (Pró-Reitoria de Graduação), parceria, inclusive com financiamento aprovado para execução em 2018, conforme anexo: EDITAL PROGRAD (valores relacionados com hospedagem, alimentação, etc).

Incluímos também como anexo, vídeo institucional de uma das ações realizadas em 2017 na Região do Pantanal (Miranda e Abobral), na sede da Base de Estudos do Pantanal, com participação de acadêmicos de Direito, Jornalismo e Psicologia, na qual retrata um resumo das boas práticas para a Justiça Federal: <https://drive.google.com/file/d/1fo1kn6SpY7-Y3IZeDe-nCcVnlFlrtp2c/view>

Destacamos também propagação da prática para outra unidade ou setor do judiciário, qual seja o Ministério do Trabalho, conforme link:

<http://trabalho.gov.br/component/content/article?id=5712>

Por fim, quanto à contribuição das boas práticas para o aperfeiçoamento da justiça, destacamos, o grande sucesso frente às participações acadêmicas, conforme fotos, em anexo.